



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2015

(Da Sra. JÔ MORAES)

Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater sobre a passagem dos 20 anos da Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim (1995) e o atual estágio dos acordos e convenções assinados pelo Governo Brasileiro que tratam sobre a igualdade de gênero nas relações de trabalho.

Senhor(a) Presidente(a),

Requeremos, nos termos do Regimento Interno desta Casa, a realização de Audiência Pública, com a finalidade de debater os 20 anos da Conferência Mundial sobre a mulher de Pequim (1995) e o atual estágio dos acordos e convenções assinados pelo Governo Brasileiro que tratam sobre a igualdade de gênero nas relações de trabalho, com os (as) seguintes convidados (as):

- Ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;
- Dra. Nadine Gasman – Representante do Escritório da ONU Mulheres no Brasil; e
- Representante do Fórum Nacional de Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais.



J U S T I F I C A Ç Ã O

Passadas duas décadas da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, na China, ainda são muitos os desafios e muito a avançar em termos de respeito à igualdade de gênero no trabalho. Essa análise é avalizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em termos de normas internacionais, a agência da ONU destaca progressos. Se em 1995, 126 Estados-membros da OIT haviam assinado a Convenção sobre Igualdade de Remuneração e 122 países haviam ratificado a Convenção contra a Discriminação, esses números agora são de 171 e 172, respectivamente.

No entanto, no Brasil e no mundo, as mulheres continuam a sofrer discriminação generalizada e desigualdade no local de trabalho. As mulheres ainda estão muitas vezes em empregos informais e com baixas remunerações, com pouco poder de negociação e decisão e ainda assumem a responsabilidade pela maior parte dos trabalhos de casa não remunerados.

Ainda segundo a OIT, globalmente a diferença nas taxas de participação no mercado de trabalho entre homens e mulheres diminuiu muito pouco desde 1995. Atualmente, cerca de 50% de todas as mulheres estão trabalhando, em comparação com 77% dos homens. Em 1995, esses números foram de 52% e 80%, respectivamente. Outro dado comparativo que pouco avançou foi o da diferença entre os rendimentos de homens e mulheres. Em média as mulheres recebem 77% da renda salarial dos homens. No ritmo que vamos, a igualdade de remuneração entre homens e mulheres não será alcançada antes de 2086.

Outro aspecto perverso e permanente, bastante grave no Brasil, é o da violência que continua sendo uma forte ameaça contra a dignidade das mulheres e o acesso ao trabalho digno. Segundo Sergio Gomes da Silva, no artigo *Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher*, “a violência contra as mulheres está velada no mascaramento e na subordinação da nossa linguagem cotidiana, no uso de expressões e de diversos jogos de linguagem, nas palavras de duplo sentido, na criação de referenciais para dar conta de uma realidade que não é a mais condizente com o seu papel na



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

sociedade, também na criação de estereótipos que moldam formas singulares de preconceito e discriminação por meio de personagens da vida cotidiana, tais como a *doméstica*, a *dona de casa*, a *professorinha*, a *mãe* e a *garota de programa estilo exportação*, entre tantos outros tipos”, sempre inferiorizados.

A Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher de Pequim, de 1995, constatou que a vida e as aspirações das mulheres são restringidas por atitudes discriminatórias e estruturas sociais e econômicas injustas. Passados vinte anos, verifica-se a persistência da violência exercida unicamente por motivo de sexo, como a violência doméstica, a violência sexual e a discriminação no mercado de trabalho. Como fazer para avançar? É a pergunta que se fará no decorrer desta Audiência Pública.

Sala da Comissão, em 15 de setembro de 2015.

Deputada **JÔ MORAES**
Presidente